MANUAL DO ROTEIRO
CONSELHO DE
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

- 01 -

1 – O Conselho de Alimentação Escolar – CAE, está regulamentado nos artigos 18 e 19, da Lei n. 11.947/2009, bem como pela Resolução n. 26/2013 FNDE. A forma da sua composição, encontra-se especificada no art. 18, da Lei n. 11.947/2009, e 34, da Resolução n. 26/2013 FNDE. A nomeação dos membros do Conselho deverá ser feita por decreto ou portaria expedida pelo gestor do Município/Estado que é obrigado a acatar todas as indicações dos segmentos representados. Caso a resposta a este questionamento seja negativa, sugere-se a expedição de **RECOMENDAÇÃO** ao Município/Estado/DF, para que a composição e estruturação do CAE seja regularizada.

2 - o artigo 34, § 11 e 12, da Resolução n. 26/2013 FNDE, dispõe que a presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados pelas entidades de trabalhadores da educação e de discentes, pelos pais de alunos matriculados na rede de ensino ou por entidades civis organizadas, devendo ser eleitos dentre os membros titulares, por no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares, em sessão plenária especialmente voltada para este fim, com o mandato coincidente com o do Conselho, podendo ser reeleitos uma única vez consecutiva. Caso a resposta a este questionamento seja negativa, sugere-se a expedição de **RECOMENDAÇÃO** ao CAE para que regularize a situação do Presidente e Vice-Presidente do Conselho.

3 – O artigo 34, § 7º, da Resolução n. 26/2013 FNDE veda a indicação do Ordenador de Despesas das Entidades Executoras para compor o Conselho de Alimentação Escolar. Portanto, caso a resposta seja positiva, sugere-se a expedição de **RECOMENDAÇÃO** ao gestor municipal/estadual.

4-5 – Embora não haja normatização sobre o número de reuniões que o CAE deve realizar, a exceção daquela prevista no 35, VI, da Resolução n. 26/2013 FNDE, específica para apreciação da prestação de contas, é necessário que os membros se reúnam periodicamente a fim de traçar seu plano de ação de trocar ideias e informações a fim de bem cumprir com as suas atribuições. Ademais para adequada fiscalização do Programa, mostra-se imprescindível a visitação às escolas. Portanto, se a resposta a um destes itens for negativa, sugere-se a expedição de **RECOMENDAÇÃO** ao Presidente do CAE.

6 – O artigo 35, VII, da Resolução n. 26/2013 FNDE, dispõe que é atribuição do CAE elaborar seu Regimento Interno. A prática demonstra que para o bom funcionamento do Conselho é necessária a existência de um Regimento Interno para discipliná-lo. Caso a resposta a este questionamento seja negativa, sugere-se a expedição de **RECOMENDAÇÃO** ao Presidente do CAE para que seja elaborado e aprovado regimento interno. Ressalte-se que nos documentos gerais foi anexado modelo de regimento interno que pode ser apresentado ao Conselho, para ser utilizado como ponto de partida.

7 – O questionamento visa saber se o Conselho tem conhecimento de como acessar a informação referente ao montante de recursos encaminhados ao Município/Estado à conta do PNAE, uma vez que o apoderamento da informação, necessariamente, precede a fiscalização da aplicação dos recursos. O art. 38, VII, da Resolução n. 26/2013, prevê que o FNDE divulgará a transferência desses recursos na internet, no site www.fnde.gov.br. Caso a resposta a este item seja negativa, sugere-se a realização de reunião com os representantes do Conselho para que seja dado, dentre outros, os seguintes esclarecimentos: que os valores em referência podem ser consultados no site painel.mec.gov.br preenchendo o campo com o nome do município, clicando no município encontrado e no programa que deseja consultar (no caso, PNAE), bem como pode ser obtido através de ofício encaminhado à secretaria de educação que na forma disposta no art. 36, II da Resolução n. 26/2013, é obrigada a fornecer ao CAE, sempre que solicitado, todos

os documentos e informações referentes à execução do PNAE em todas as etapas, tais como: editais de licitação, extratos bancários, cardápios, notas fiscais de compras e demais documentos necessários ao desempenho das atividades de sua competência. Caso não seja possível a realização de reunião, pode-se encaminhar tais informações por ofício ao Conselho.

8 – Uma das principais atribuições do CAE está prevista no art. 35, VI, da Resolução n. 26/2013 do FNDE: realizar reunião específica para apreciação da prestação de contas com a participação de, no mínimo, 2/3 dos conselheiros titulares. Caso a resposta a este item seja negativa, sugere-se a expedição de **RECOMENDAÇÃO** ao Presidente do CAE.

9-10-11-12 – O artigo 36, I, da resolução n. 26/2013 FNDE, estabelece que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem garantir ao CAE, como órgão deliberativo, de fiscalização e de assessoramento, a infraestrutura necessária à plena execução das atividades de sua competência, tais como: a) local apropriado com condições adequadas para as reuniões do Conselho; b) disponibilidade de equipamento de informática; c) transporte para deslocamento dos membros aos locais relativos ao exercício de sua competência, inclusive para as reuniões ordinárias e extraordinárias do CAE; e d) disponibilidade de recursos humanos e financeiros, previstos no Plano de Ação do CAE, necessários às atividades inerentes as suas competências e atribuições, a fim de desenvolver as atividades de forma efetiva. Assim, caso algum desses itens seja respondido negativamente, sugere-se a expedição de **RECOMENDAÇÃO** ao gestor municipal/estadual.

13 – O artigo 36, II, da resolução n. 26/2013 FNDE, estabelece que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem fornecer ao CAE, sempre que solicitado, todos os documentos e informações referentes à execução do PNAE em todas as etapas, tais como: editais de licitação e/ou chamada pública, extratos bancários, cardápios, notas fiscais de compras e demais documentos necessários ao desempenho das atividades de sua

competência. Caso a resposta a esta pergunta seja negativa, sugere-se a expedição de **RECOMENDAÇÃO** ao gestor municipal/estadual.

14 – O Município/Estado deve notificar o recebimento de recursos do PNAE ao CAE, aos partidos políticos, aos sindicatos de trabalhadores e às entidades empresariais, com sede no município, da respectiva liberação, no prazo de dois dias úteis, contados da data do crédito na conta corrente específica do programa, de acordo com o previsto no art. 2º da Lei n. 9.452, de 20 de março de 1997 e art. 38, XII da Resolução n. 26/2013). Caso a resposta a esta pergunta seja negativa, sugere-se a expedição de **RECOMENDAÇÃO** ao gestor municipal/estadual.

15 – O artigo 35, IV, da Resolução n. 26/2013, do FNDE, determina que o CAE deve comunicar ao FNDE, aos Tribunais de Contas, à Controladoria-Geral da União, ao Ministério Público e aos demais órgãos de controle qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE, inclusive em relação ao apoio para funcionamento do CAE, sob pena de responsabilidade solidária de seus membros. A presente pergunta é apenas indicativa se o Conselho está funcionando adequadamente.

16 – Nos moldes do disposto no artigo 17, da Resolução n. 26/2013, o Município/Estado deve aplicar o teste de aceitabilidade nas escolas da sua rede de ensino sempre que ocorrer, no cardápio, a introdução de alimento novo ou quaisquer outras alterações inovadoras no que diz respeito ao preparo, ou para avaliar a aceitação dos cardápios praticados frequentemente. Caso a resposta a este item seja negativa, sugere-se a expedição de **RECOMENDAÇÃO** ao gestor municipal/estadual.